

# Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 1974

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

##### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

### DIVISÃO DAS COMISSÕES

#### COMISSÕES TÉCNICAS

##### 7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quielise Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condiçionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condiçionadas à existência da matéria

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condiçionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agilides de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condiçionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condiçionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condiçionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quielise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

## COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condiçionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lúcio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condiçionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quielise Crisóstomo da Silva — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condiçionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

**4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura**  
**Ata da 73ª Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 21 de Maio de 1974 (Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e Marciano Baraniuk.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Borsari Neto, Domício Scaramella, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Haroldo Bianchi, Igo Lasso, Iris Caldart, Ivo Rocha, Ivo Thomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Quilse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Wilson Brandão e Wilson Fortes. (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Costa, Basílio Zanusso, Nelson Buffara, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva. (6). Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 41 Srs. Deputados. Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 15/73, que aprova o Convênio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, com intervenção do Instituto de Planejamento Econômico e Social, Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A, objetivando desenvolvimento das Agro-Indústrias Paranaenses. — **Aprovado.**

**RESOLUÇÃO**

**Redação final do Projeto de n.º 15/73**  
**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**R E S O L V E :**

Art. 1.º. Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, com a intervenção do Instituto de Planejamento Econômico e Social e do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A, objetivando a realização de estudos para o desenvolvimento nas agro-indústrias paranaenses.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1974.

(Assinatura Illegível) — Presidente

(Assinatura Illegível) — Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 22, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 30-73. Levanta-se a Sessão.

**4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura**  
**Ata da 74ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 21 de Maio de 1974 (Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado David Federmann, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomet e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Borsari Neto, Domício Scaramella, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Haroldo Bianchi, Igo Lasso, Iris Caldart, Ivo Rocha, Ivo Thomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Quilse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Wilson Brandão e Wilson Fortes. (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Costa, Basílio Zanusso, Nelson Buffara, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO O.**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE :**

**REQUERIMENTOS:**

**Requerimento**

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário,

**REQUER,** a inserção em Ata de um voto de congratulações aos Excelentíssimos Senhores Engenheiros, Osires Stenghel Guimarães e Paulo Procópio de Aguiar, Secretário dos Transportes e Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, respectivamente, pela realização, em data de ontem da

concorrência para a Execução do Asfalto do trecho denominado "Passa-Sete" no Município de Morretes.

**REQUER,** outrossim, que da presente proposição, por ofício, seja dada ciência às referidas autoridades e aos Senhores Prefeitos Municipais de Morretes, Antonina e Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1974.

(a) **FABIANO BRAGA CORTES**

**JUSTIFICATIVA:**— Por diversas vezes, nesta Casa, defendemos a necessidade da Pavimentação Asfáltica do pequeno trecho de estrada, denominado "Passa-Sete", que une a auto Estrada BR-277, Curitiba-Paranaguá, à Estrada da Graciosa, Rodovia PR-52. Essa ligação, agora em vias de tornar-se realidade, irá trazer incontáveis benefícios para todo o nosso litoral que, estará ainda mais próximo da Capital. Toda a região de Morretes, Antonina, Cacatu, Bairro Alto, Porto Tagaça, Serra Negra e Guaraqueçaba, será beneficiada. E, ontem, quando o Departamento de Estradas de Rodagem procedeu a abertura da concorrência para a adjudicação dos serviços, sentimos, uma vez mais, o trabalho e a dedicação que os Engenheiros Osires Stenghel Guimarães e Paulo Procópio de Aguiar, e suas equipes, devotam a tudo que represente benefício para o Paraná. A eles, pois, nossa homenagem, nossas congratulações e o nosso muito obrigado.

**Requerimento**

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, requer seja consignado em Ata voto de profundo pesar pelo desaparecimento prematuro do ilustre paranaense Doutor Luiz Renato Mocelin, falecido na cidade de Boston, EEUU, onde se encontrava buscando lenitivo para a pertinaz moléstia que o vitimou.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1974.

(a) **ARTHUR DE SOUZA**

**JUSTIFICATIVA:**

O ilustre desaparecido, advogado da turma de 1952, à qual pertence igualmente este Deputado, teve sempre atuação destacada no que respeita ao turismo de nossa terra, pois juntamente com seus pais e irmão, ofereceram ao Paraná essa grande atração que é a estância de Ouro Fino.

Esportista entusiasmado, incentivou especialmente a navegação, iatismo e difícil esporte de caça submarina.

Pede o Requerimento que se dê conhecimento do aqui requerido, à família enlutada.

**Requerimento**

O Deduptado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições constitucionais,

**REQUER**

seja consignado, na Ata da presente Sessão, um Voto de Congratulações pela tomada de posse do eminente paranaense General Arnaldo Luiz Calderari no cargo de Secretário Geral do Ministério do Exército, assim como lhe seja comunicada oficialmente a manifestação de júbilo desta Casa por tão feliz acontecimento, que tanto enaltece o nosso Estado.

Requer ainda que o Voto de Congratulações seja extensivo ao General Dale Coutinho, ilustre titular da pasta do Exército, pelo fato de haver sido tão feliz na escolha do seu Secretário Geral, recaída sobre uma das mais destacadas e expressivas figuras das Forças Armadas do Brasil.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1974.

(a) **Francisco Escorsin**

**JUSTIFICATIVA**

O General Arnaldo Luiz Calderari descende de tradicional e ilustre Família Paranaense, que muito tem realizado, ao longo dos anos, no campo da Educação e da Cultura em nossa terra.

Aluno da Escola Militar do Realengo, e oriundo da arma de Artilharia, ele sempre se houve com brilho e distinção nos cursos de Aperfeiçoamento, de Comando e de Estado-Maior, no Curso Superior da Escola Superior de Guerra e no Curso Avançado de Blindados, em Fort Knox, Estados Unidos.

Em Fort Knox, tivera por companheiro o atual Ministro do Exército, General Dale Coutinho, e, de volta ao Brasil, ambos se empenharam na elaboração dos regulamentos de tiro de canhão em carro de combate, como também na tradução, para o português, das melhores obras sobre a matéria, encontradas na América do Norte.

Graças a essas oportunas iniciativas, o ensino de Moto-Mecanização entre nós, — outrora bastante precário e rudimentar, — assumiu os foros de uma especialização técnica cada vez mais cuidadosa.

O General Arnaldo Luiz Calderari exercia o Comando, em 1964, do I Batalhão de Carros de Combate, no Rio de Janeiro, e, segundo o próprio Ministro do Exército, desempenhou importantíssimo papel nos acontecimentos de então:

"Ele foi realmente um dos esteios em que a Revolução de 31 de março se apoiou, quando era Comandante do I Batalhão de Carros de Combate, no Rio de Janeiro", pois esse Batalhão "era o elemento de força com que desde logo a Revolução contou para se tornar vencedora".

Quando Ministro da Guerra o General Lira Tavares, no Governo Costa e Silva, veio o General Arnaldo Luiz Calderari a assumir a Chefia de Gabinete do Ministério, e, nos impedimentos de seu titular, veio a assumir, por várias vezes, a Chefia da própria pasta da Guerra.

Designado, posteriormente, para o Comando da 4.ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais, é de lá trazido, agora, para a Secretaria Geral do Exército, cargo esse em que vem de empossar-se na presença prestigiosa das mais altas autoridades civis e militares.

Outrossim, não se pode deixar de louvar a felicidade da escolha feita pelo Ministro do Exército, porquanto os delicados e complexos assuntos da Secretaria Geral continuarão em mãos hábeis e competentes. E que o General Arnaldo Luiz Calderari pertence à mesma escola de trabalho e de civismo de seus dignos antecessores, entre os quais cumpre focalizar as figuras eminentes dos Generais Valentim Benício da Silva, Ramiro Tavares Gonçalves, Antônio Jorge Correia e Celso de Azevedo Daltro Santos.

E, com essa escolha, o Estado do Paraná se vê mais uma vez gloriosamente representado na cúpula das Forças Armadas por um de seus mais diletos filhos.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Requero à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelo transcurso do 60.º aniversário de organização da Primeira Igreja Batista de Curitiba, ocorrido no dia 13 de maio do corrente.

A Primeira Igreja Batista tem contribuído decisivamente para o soerguimento moral e espiritual do povo paranaense, através de suas múltiplas atividades espirituais, assistenciais e educacionais.

Assim, diante do exposto, e auspicioso fato para a denominação, propomos o presente voto como expressão de apreço e estímulo a eficiente ação social desenvolvida em benefício da coletividade.

Requiro, cutrossim uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à 1.ª Igreja Batista, à Convenção Batista Paranaense e ao Jornal Batista, órgão oficial da Igreja no Estado.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1974.

(a) Igo Losso

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Recentemente por determinação do Secretário de Educação, foi retirado do Colégio Agrícola de Rio Negro máquina-colhedeira, sendo a mesma transferida para Escola similar existente no Município de Clevelândia.

A medida do Sr. Secretário foi adotada em função de informação de que a máquina em referência estava ociosa, o que, não é verdade.

O fato vem provocando sérios problemas.

Primeiramente na Escola Agrícola onde praticamente toda a plantação de soja está sendo colhida manualmente pelos alunos à custa de grandes sacrifícios.

Por outro lado, costumeiramente, a máquina colhedeira vinha atendendo os lavradores de oito Municípios que compõem a micro-região de Rio Negro, os quais, de uma hora para outra se viram privados deste equipamento, sem condições, na emergência, de obterem outra máquina para a prestação de serviço.

Isto posto, requiro à Mesa, regimentalmente, o envio de ofício ao Sr. Secretário de Educação, solicitando que Sua Excelência, se digne adotar as medidas necessárias para urgentemente solucionar o problema, determinando o retorno à Escola Agrícola de Rio Negro da máquina colhedeira.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1974.

(a) Maurício Fruet

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve e na forma em que dispõe o Regimento Interno,

#### REQUER.

após ouvido o Plenário, sejam tomadas imediatas providências, pela douta Comissão Executiva no sentido de serem editados os Anais desta Casa, referentes aos anos de 1972 e 1973.

Não se pode compreender que os registros de toda a movimentação desta Assembléia, quer legislativa, quer administrativa, que nada mais é do que a sua própria história, estejam com suas publicações atrasadas, fato este jamais encontrado nas administrações das Mesas anteriores.

Motivo algum justifica tal estado de coisas, principalmente quando se sabe da existência de um funcionário designado exclusivamente para a consumação de tal fim, o qual percebe, inclusive, gratificação por prestação de serviços extraordinários.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1974.

(a) Domicílio Scaramela

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Assembléia Legislativa,

#### REQUER.

1.º — seja encaminhado expediente ao senhor Superintendente da Administração de Recursos Hídricos do Estado, solicitando-lhe haja por bem informar o estágio dos estudos que ali estão sendo realizados com vistas à implantação da Rede de Esgotos na cidade de Guaratuba, neste Estado.

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Diógenes Caetano dos Santos, Digníssimo Prefeito Municipal de Guaratuba, Pr.

3.º — seja ainda, desta decisão, dada ciência através de remessa de cópia de inteiro teor, ao Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, Palácio "Dezenove de Dezembro", 21 de maio de 1974.

(a) João C. Fadel

#### JUSTIFICATIVA

Devendo nos próximos meses estar concluída a estrada asfaltada que ligará Curitiba a Guaratuba, o problema da implantação da rede de esgotos na cidade litorânea avulta de significado, eis que o fluxo de pessoas que demandará aquela praia aumentará de modo impressionante, sendo natural também prever-se o aumento da própria população urbana, pois a ligação rodoviária possibilitará novo impulso de progresso a toda a região, recolocando Guaratuba no mapa econômico do Estado, do qual encontra-se atualmente mais ou menos afastada justamente em decorrência de seu quasi isolamento, eis que para a mesma só se tem acesso através da Estrada das Praias, com uso do "ferry boat" no terminal.

Enfocado o problema da implantação da rede de esgoto na cidade, quando da realização do Seminário do Litoral e Alto Ribeira, recebeu a Delegação de Guaratuba àquela conclave a informação de que a Administração de Recursos Hídricos estaria equacionando o mesmo, afirmativa um tanto vaga se levarmos em conta que, até a presente data, a Prefeitura Municipal de Guaratuba não foi consultada quanto ao seu possível interesse ou capacidade de colaboração técnica e financeira para execução da obra. Assim, e tendo em vista ainda que a cidade de Guaratuba, por sua beleza natural e sua condição mesma de comunidade praiana encontra-se incluída no Roteiro Turístico do Paraná, elaborado pela PARANATUR e, porisso, além do turismo interno existe um fluxo mais ou menos constante de visitantes de outros países, notadamente da República do Paraguai.

Por outro lado, também já é mais do que tempo que o Poder Público enfrente o problema que, afinal, vem entravando o desenvolvimento daquela cidade e colocando-a em posição inferior perante as outras praias do vizinho Estado de Santa Catarina, além de, naturalmente, ser deprimente a inexistência da rede de esgotos que coloca em risco a saúde e a vida de seus moradores, dada a ausência total de saneamento básico.

Confirmado pelo Relatório Final do Seminário do Litoral e Alto Ribeira o comprometimento à Administração de Recursos Hídricos do Estado para estudo e solução do problema, não há porque protelar-se a abordagem do mesmo e, porisso, entendo oportuno este Requerimento para o qual encareço o indispensável e honroso apoio dos nobres Deputados.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Tendo sido criada uma Comissão de Alto nível na Junta Comercial do Estado, para estudar a sua transformação em autarquia, é oportuno o envio à mesma, de sugestão, no sentido de atender mais proximamente os serviços do interior.

A legislação federal especifica possibilitar a criação de delegacias no interior que funcionariam como mini-juntas.

Assim, requeremos, após ouvido o Plenário seja encaminhado ao Senhor Secretário do Interior e Justiça à Junta Comercial do Estado, e ao Professor Rubens Requião, membro da Comissão, sugestão, no sentido de que sejam, quando da transformação em autarquia, criadas delegacias da Junta, nas cidades de Maringá Londrina, Jacarezinho, Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel e Pato Branco.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1974.

(a) Antônio Lopes Júnior

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação e Cultura, de apelo no sentido da criação de uma Inspeção Regional de Ensino, com sede no Município de Piraquara, abrangendo os Municípios de Quatro Barras, Campina Grande do Sul e Colombo.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1974.

(a) Leopoldo Jacomet

#### PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 66-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Serviço de Obras Sociais de Sertãozinho — S.O.S.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1974.

(a) Igo Losso

#### JUSTIFICATIVA:

O Serviço de Obras Sociais de Sertãozinho, neste Estado, foi declarado de utilidade pública municipal pela Lei n.º 305-70, de 18 de setembro de 1970, estando presentemente atendendo a mais ou menos quinhentas pessoas por mês.

A entidade está devidamente registrada sob n.º 40, fls. 22, livro A-1 de Registro de Pessoas Jurídicas daquela Comarca.

Seus Diretores não percebem qualquer pagamento e todas as rendas são integralmente aplicadas em seus fins estatutários.

Assim, entendemos que o presente Projeto iria de encontro aos interesses dos habitantes daquele próspero Município, razão pela qual esperamos a unânime aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Assume a Presidência o Sr. Deputado Santos Lima) — Está dada a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tramita na Câmara Federal, oportuno Projeto de Lei, que dá garantia ao acionista minoritário. Ao que nos parece, o referido Projeto está encontrando apoio da classe política, financeira e das próprias associações de classe. cremos, que outra não poderia ser a atitude de qualquer pessoa de bom senso. Afinal, na análise de qualquer ângulo em que se possa focalizar o problema, só se pode chegar a uma conclusão. Total apoio ao pequeno acionista ou aos acionistas minoritários. Isso é o princípio fundamental que deve nortear os responsáveis pelos investimentos obtidos através da sociedade. Mas na verdade e muito lamentavelmente, não é isso o que ocorre. Na maioria das vezes, ou ainda para ser bem claro, em todas as vezes, o acionista minoritário é sempre sacrificado, espezinhado e colocado em total desprestígio financeiro.

Por esta razão hoje não se encontra facilidade para se formar sociedade com a participação de acionistas minoritários. Os maus exemplos estão aí, gritantes, palpáveis. Em todas as ocasiões em que participam, levam a pior. Podem ser citados centenas de exemplos, onde grupos se infiltram nas sociedades pagando altos preços por determinados números de ações que lhes garantam o controle acionário da empresa. Dias após, já de posse da maioria das ações não aceitam outras da mesma empresa, nem mesmo com preço reduzido em cinquenta por cento ou mais.

Porisso, o acionista minoritário que sempre foi importante na formação de empresas, passou a ser nos dias atuais uma humilde vítima massacrada pelo monopólio. Assim, o referido Projeto de Lei, que vem recebendo o apoio maciço, será como um alerta moralizador que deterá a ganância desmedida dos inescrupulosos investidores. Entendemos que todo o apoio deve ser dado, no sentido de se formar novas empresas, onde a participação do acionista minoritário é peça fundamental. Mas, para isso, necessário se torna que se lhes dê todos os direitos e as mesmas garantias dos majoritários. De outra forma, o acionista minoritário não participará de novos empreendimentos. Só mesmo quando tiver certeza de que na mudança do controle acionário, lhe será assegurado o direito de vender também suas ações pelo mesmo preço dos majoritários e que será restabelecida a confiança no mercado de ações.

Ao aplaudirmos a objetividade e oportunidade do Projeto de Lei, que já chega em seus trâmites finais, queremos ressaltar os incontáveis benefícios que o mesmo trará a um número interminável de pessoas que aplicam suas economias no mercado de ações. Estão aí, espalhados por todo o Brasil um grande número de vítimas. Basta retroceder ao passado, para encontrar centenas de milhares de exemplos, onde os acionistas minoritários foram relegados a um plano inferior.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa Constituição é sábia quando fixa uma data governamental; o período governamental, o período presidencial, por um prazo determinado, no caso, vale especificamente, quatro anos. O legislador ao fixar este prazo não tinha outro propósito senão o de possibilitar a renovação administrativa na gerência da coisa pública. Entretanto, mudam os governos e determinados funcionários continuam a exercer, não sei por que, porque a tônica que rege a democracia brasileira é sempre a renovação de valores, mas se muda o Governo e determinados homens se eternizam na função pública. E assim se eternizando, vem a tirania do poder. É o que ocorre hoje com o Distrito Rodoviário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, com sede no

Paraná. Não discutimos a probidade administrativa; não discutimos a capacidade técnica do engenheiro que por mais de 12 anos, se não me engano, é o chefe do Distrito Rodoviário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Não coloco nenhuma dúvida à probidade administrativa daquele engenheiro. Todavia nos parece que o homem é um pouquinho teimoso. Perpetuou-se no cargo e então se julga no direito de espelhar toda uma população como é o caso da população curitibana, com relação aos semáforos instalados ao longo da BR-116, no perímetro urbano.

Nunca vi, na minha vida, instalar-se semáforos numa Rodovia do porte da BR-116. No entanto, o Distrito Rodoviário do DNER resolveu instalar e lá estão causando toda a série de problemas à população curitibana.

Agora ainda, ao vir do Aeroporto Afonso Pena para a cidade, fiquei por 35 minutos aguardando a transposição da BR-116 pela Salgado Filho e imaginei comigo mesmo as horas perdidas, a produção que se perde, as horas de trabalho, a exasperação dos motoristas, o combustível que se queima desnecessariamente, tudo porque o engenheiro chefe do Distrito Rodoviário do DNER não quer ouvir os apelos do Prefeito de Curitiba, do próprio Governador do Estado para que ali, já que existem os semáforos, que fiquem no sinal de atenção, a fim de que se dê evasão aos veículos que trafegam, não só na BR-116, mas também nas vias públicas dentro do perímetro urbano de Curitiba que cruzam aquela Rodovia.

Parece que o engenheiro chefe do Distrito Rodoviário do DNER julga ser o dono da cidade. Alega que é uma faixa de Rodovia Federal, mas esquece que está dentro do perímetro urbano e traumatizando a população curitibana.

Este atual estado de coisas não pode perdurar: Vou fazer um apelo pessoal ao Governador do Estado, ao Diretor Geral do DNER, ao Sr. Ministro dos Transportes, que parece ser outra cabeça dura. Pela entrevista que concedeu à imprensa do Paraná, parece um homem fora de sincronia. Mas vamos ver se fica sensibilizado por este problema crucial da população curitibana. Vou fazer um apelo também à Bancada paranaense no Congresso Nacional, porque não é possível ficarmos à mercê de um homem que se tem valido ditatorialmente de seu cargo para impor seu ponto de vista pessoal, porque não há fundamento técnico para a continuidade daquele semáforo, que prende o fluxo de tráfego por 30, 40 e até 50 minutos.

Portanto, hoje só estamos fazendo estas considerações, mas vamos encaminhar à Mesa na sessão de amanhã, o Requerimento a que me referi. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo Federal determinou o tabelamento de 60 produtos essenciais à alimentação do povo brasileiro, tabela esta em vigor para todo o território nacional. É uma medida de grande alcance por parte do Poder Central, porque objetiva evitar que o consumidor venha a cair nas mãos de comerciantes gananciosos que não poupam o povo, explorando-o no preço dos alimentos básicos.

A imprensa da Capital já denunciou em boa hora que alguns Supermercados, dentre eles o Jumbo, não estão respeitando a tabela do Governo e estão vendendo os alimentos por preços além daqueles tabelados.

Nesta oportunidade, quando que um órgão denominado SUNAB é o responsável para que tal tabelamento seja cumprido, pedimos, desta Tribuna, para que esse órgão, a SUNAB, aja com todo o rigor porque a economia do povo brasileiro já tem sofrido grandes abalos pelos baixos salários que percebe e pelos preços altos cobrados pelas mercadorias tão necessárias e não pode ficar mais à mercê de exploradores. Já sabemos que especulações estão surgindo após o tabelamento decretado pelo Governo e apelamos à SUNAB, para que não aconteça o mesmo que ocorreu quando do tabelamento da carne e os frigoríficos esconderam a carne; quando houve o tabelamento do óleo, igualmente, os produtores começaram a reter óleo nas fábricas. E vemos já alguns Supermercados afrontando a decisão governamental escondendo alguns produtos de primeira necessidade e que foram tabelados. Pedimos, desta Tribuna que a SUNAB não aceite esse desafio e aqueles comerciantes que retiverem alimentos sejam punidos e que todos os produtos tabelados sejam adquiridos pelo povo. Já há previsão de inúmeros produtos que irão faltar, como o açúcar que os produtores alegam falta de papel para embalagem; e o leite que as indústrias de pasteurização alegam falta de plástico para embalar o leite. Sabemos que a indústria no Brasil tem sofrido abalos mas não é admissível que o povo venha a sofrer porque existem homens que burlam a lei, que querem ser gananciosos, que querem explorar o povo.

Portanto, cobramos, desde já, uma fiscalização eficiente por parte da SUNAB que ela não seja apenas uma sigla, nem cabide de emprego, como não é, mas que seja respeitada por todos e que sua tabela seja cumprida rigorosamente.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 54-73, de autoria do Deputado Wilson Brandão que autoriza o Poder Executivo denominar Ginásio Estadual Deputado Ardinã Ribas, o atual Ginásio Estadual Vital Brasil, da cidade de Maringá. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.F., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado, com Substitutivo.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 252-73, de autoria do Deputado Alvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo firmar Convênio com a Prefeitura Municipal de Londrina, para instalação e criação do Museu do Café. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 5-74, de autoria do Deputado Iris Caldart, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas — Rodeio da Tradição, com sede e foro na cidade de Cascavel. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 26-74, de autoria do Deputado Nelson Buffara, que declara de Utilidade Pública a Associação dos ex-Combatentes do Brasil. Seção Municipal de Paranaguá. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29-74, de autoria do Deputado Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Presbiteriana de Curitiba. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 240-73, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública o "Educandário São José", com sede e foro na cidade de Paranavai. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

#### Projeto de Lei n.º 240-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "Educandário São José", com sede e foro na cidade de Paranavai.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1973.

(a) Basílio Zanusso

#### JUSTIFICAÇÃO:

O Educandário São José, é uma entidade com personalidade jurídica, devidamente registrada no Livro A, de Pessoas Jurídicas, sob n.º 69, do Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Paranavai, sem fins lucrativos, que tem por objetivos a assistência em geral, e de modo especial, às órfãs e abandonadas, garantindo-lhes um futuro sólido e digno na sociedade.

Preenchendo os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a matéria, apresentamos o presente plano de lei, esperando dos Ilustres Pares o devido apoio e consequente aprovação.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência registra com satisfação a presença neste Plenário do Sr. Terson de Albuquerque, Presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu e Prefeito em exercício daquele Município.

O SR. PRESIDENTE — Para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito Sr. Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que nos traz à Tribuna é com respeito a uma reivindicação da população de Sertãozinho. Problema este que o eminente Deputado Borsari Neto já teve a oportunidade de levar à Direção do Departamento de Estradas de Rodagem, comunicando a dificuldade que a população de Sertãozinho vem encontrando para se locomover daquela cidade para Londrina, e vice-versa. Ocorre que duas empresas de ônibus, trafegam na Rodovia Celso Garcia Cid, no trecho Garcia-Assis, via Sertãozinho.

"Há trinta anos passados, uma das empresas iniciou esta operação e hoje o DER autorizou apenas uma empresa a transportar passageiros de Sertãozinho para Londrina". Esta restrição do DER, imposta à Empresa Silva, vem causando sérios transtornos àqueles passageiros que, encontrando dificuldades de viajar nos ônibus da Viação Ouro Branco, quando se utilizam dos ônibus da Viação Silva, são obrigados a ficar no asfalto e caminhar a pé dois quilômetros até chegar à Estação Rodoviária. E este fato já se tornou inclusive rotineiro. Uma ocorrência registrada com o próprio Juiz de Direito de Sertãozinho que, pegando o ônibus da empresa Silva não pode, por força da determinação do DER, ser transportado até a Estação Rodoviária. Tem que descer em pleno asfalto e caminhar um bom trecho a pé para chegar à cidade.

Não estamos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para fazer a defesa de qualquer empresa de ônibus. E nem tão pouco para criticar a empresa que é concessionária da linha, a Empresa Ouro Branco. Mas gostaríamos de deixar bem claro que se a Empresa Ouro Branco dispõe apenas de dois horários para Londrina-Sertãozinho e a Empresa Silva, possui seis horários, inclusive com ônibus realmente modernos, não é justo que esta empresa, mesmo passando pela Rodoviária de Sertãozinho, seja impedida de transportar passageiros. Porque de um lado uma empresa passa pela Rodoviária, com seis horários, por dia e a outra dispõe de apenas dois horários, sendo que um deles é feito por um trecho não asfaltado. Nós gostaríamos então de apelar inclusive, desta Tribuna, para que o Engenheiro encarregado do tráfego do DER, possa julgar com urgência o recurso que foi impetrado para que a cidade de Sertãozinho seja melhor servida de transporte coletivo. Como já encaminhou o próprio Deputado Borsari Neto, é desejo de toda a população da cidade, não apenas de elementos do MDB e da ARENA que a mesma seja melhor servida por transporte coletivo. Não é admissível que uma empresa que trafega por uma estrada, não possa transportar os passageiros que se destinam ao local por onde irão passar. Porque achamos que vários Municípios estão sendo mal servidos por empresas de ônibus — como é o caso de Sertãozinho — e essas empresas ficam impedidas de transportar passageiros em virtude de determinações do DER. Essas empresas têm concessão das linhas, mas essas concessões devem ser reformuladas porque estão causando prejuízos às cidades, como está ocorrendo em Sertãozinho.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As manchetes dos jornais de hoje focalizam um dos quadros mais tristes da história de Cornélio Procopio, o que se vem chamando de "chacina de Cornélio Procopio", e já se passam onze anos e eis que somente hoje se inicia o julgamento daquela brutalidade que ocorreu na minha cidade, precisamente no mês de junho de 1963. Os fatos estão narrados em poucas linhas. Um dos jornais diz o seguinte: "No dia 19 de junho de 1963, Sebastião Vieira, de 57 anos de idade, brutalizou uma menina de apenas 5 anos, matando-a ao mesmo tempo".

Convém frisar que o tal de Sebastião e a pobre vítima, inocente menina de 7 anos, não pertenciam e não moravam na cidade de Cornélio Procopio. Faziam parte dos pedintes, como infelizmente existem tantos, que andam de cidade em cidade à procura de recursos, à procura de esmolas. Por uma coincidência das mais lamentáveis, essa menina que havia descido, com sua família, do trem, juntamente com o assassino, afastou-se um pouco. O assas-

sino foi atrás dela, acompanhou-a, oferecendo doces e dinheiro e conseguiu afastá-la para lugar ermo onde cometeu esse crime, o mais bestial e mais condenável possível.

Entretanto, é preciso que se frise que a chacina foi em Cornélio Procópio, mas não é uma chacina de Cornélio Procópio.

Continua ainda o jornal: "Sete dias depois foi preso e conduzido para Cornélio Procópio, a cuja Delegacia estava afeto o caso. Mas o nome de Sebastião Vieira ficaria vinculado a mais um crime, um dos acontecimentos mais dramáticos da história criminal do Paraná. É que a multidão — revoltada e incitada por uma gravação da entrevista concedida pelo homem horas antes — tentou invadir a cadeia para linchá-lo e os policiais acabaram disparando revólveres, fuzis e até metralhadoras contra a multidão, matando e ferindo grande número de pessoas".

É preciso também que se esclareça e nós podemos afirmar aqui de corpo presente, porque estávamos na cidade naquele dia, que a multidão jamais se aproximou da cadeia para tentar linchar, invadir a cadeia e tirar esse criminoso bestial.

A multidão compareceu à frente da cadeia, mas por curiosidade. Citamos aqui, como exemplo, o caso de um dos mortos, que aqui não consta no processo policial, que estava, quando foi morto em companhia da esposa e dois filhos menores.

Por isso, Srs. Deputados, achamos por bem vir a esta Tribuna para char estava, sim movido por uma curiosidade natural. É preciso que se diga que aqueles que foram culpados, aqueles que determinaram que a Polícia atirasse contra o povo, eles estão aí, 11 anos passados, muitos até com promoção. O então Delegado, que era um capitão, hoje responde ao processo mas já na sua condição de major.

Por isso, Srs. Deputados, achamos por bem vir a esta Tribuna para esclarecer o fato que essa chacina foi realizada em Cornélio Procópio e lá deixou um saldo muito grande de vítimas, entre as quais ainda hoje temos lá pessoas que não faleceram, mas que estão lá como pedintes, pedindo esmolas, porque ficaram totalmente inutilizadas e sem o amparo de ninguém.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que resta 1 minuto para o término de sua oração.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Obrigado, Sr. Presidente. Entre as vítimas, também quero citar e lembro a esta Casa, que faleceu naquele mesmo dia, emocionado, vítima do coração, o nosso ex-Deputado Nilson Ribas.

Por aí podem ver o grande prejuízo que causou a essa cidade. Estamos, hoje, há 11 anos, apenas relembando essa triste ocorrência que já devia ter sido arquivada há tanto tempo. Mas a Justiça tarda, mas não falha, mesmo que ela não venha na terra, os culpados receberão sua pena, no além, talvez. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Borsari Netto.

O SR. BORSARI NETTO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupamos a Tribuna, no Pequeno Expediente, apenas para trazer alguns esclarecimentos com relação ao assunto que foi há pouco abordado pelo nobre Deputado Antonio Belinati.

Realmente, a cidade de Sertãoópolis é servida pela Empresa Silva que há muito tempo detém a concessão para o trecho Marília - Sertãoópolis - Londrina.

Ocorre entretanto que aquela Empresa, na concessão a título precário que ela detém, não dispunha de autorização como traz a própria concessão, para que apanhasse os passageiros em Sertãoópolis e em Londrina.

Posteriormente em 1970, a Empresa entrou junto ao Conselho que é responsável por isto no Departamento de Estradas de Rodagem e obteve novamente a autorização provisória, para ampliar os seus horários; mas, também prevalecia aquela antiga restrição quanto à tomada de passageiros em Londrina e em Sertãoópolis.

Posteriormente, com o asfalto, a Empresa, em 1973 apoiada tanto pelo Prefeito Municipal como pelos Srs. Vereadores da Aliança Renovadora Nacional, de Sertãoópolis, novamente solicitava ao DER a permissão para que houvesse possibilidade de trafegar através da nova Rodovia. Foram ampliados novamente os horários de atendimento desta Empresa, permanecendo entretanto aquela antiga restrição.

Ainda ontem pela manhã, os mesmos representantes de Sertãoópolis que mais tarde estiveram com o Deputado Antônio Belinati estiveram, em nossa companhia, no Departamento de Estradas de Rodagem onde fomos muito bem recebidos e, aquele Órgão comprometeu-se a, dentro das suas possibilidades, procurar solucionar este problema; tanto assim que o Conselho de Trânsito, entendendo que havia uma dúvida quanto à possibilidade desta autorização, remeteu um Expediente da Empresa Silva à Procuradoria Jurídica do Órgão, que nos prometeu para a próxima semana uma solução para o problema.

Eram estes os esclarecimentos que eu desejava prestar a respeito do assunto, afirmando mais uma vez que tanto o Sr. Prefeito quanto os Srs. Vereadores de Sertãoópolis e representantes daquela cidade estão se empenhando para que este problema seja efetivamente resolvido, a contento da população de Sertãoópolis.

Muito obrigado — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados.

Solicitamos a palavra tão somente, Sr. Presidente, para fazer uma pequena retificação num noticiário do jornal "O ESTADO DO PARANÁ" — edição de hoje — com relação ao nosso pronunciamento na tarde de ontem, a respeito dos semáforos instalados na BR-116.

Ratificamos efetivamente, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, todas as críticas que fizemos ao atual ocupante, Engenheiro Diretor do Distrito Rodoviário do Departamento de Estradas de Rodagem sediado no Estado do Paraná.

Ratificamos que efetivamente aqueles semáforos não tem cumprido as finalidades para as quais foram instalados, devido principalmente a intransigência do Dr. Dalton Condessa, em ouvir a voz do bom senso e da razão. Sabemos, e nos foi dito de viva voz pelo Sr. Prefeito de Curitiba a quem cabe disciplinar de acordo com o convênio estabelecido entre o Detran e a Prefeitura de Curitiba, é quem cabe disciplinar o tráfego urbano dentro do Município de Curitiba e aqueles semáforos, embora instalados numa Rodovia Federal, estão dentro do Município de Curitiba e no seu perímetro urbano e

o Prefeito Jayme Lerner já fez inúmeros apelos ao Chefe do Distrito Rodoviário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a fim de que modifique a forma que estão sendo operados aqueles semáforos. Eu não disse aqui que era contra porque não sou retrógrado, não sou contra a instalação de um semáforo, não sou contra porque é realmente um instrumento de segurança não só para o trânsito como para a própria população, então, não poderia ser contra; esta a retificação que eu queria fazer, mas retificar as denúncias que emití ontem, desta Tribuna, contra o atual ocupante do Distrito Rodoviário do DNER, porque não está sendo transigente, porque não é possível que, ocupando, digo, operando como estão operando aquele semáforo na razão de três por um, isto é, fecha para três lados da rodovia e abre para um, não é possível que isto continue, porque a perda de tempo, a perda de combustível, de horas úteis é enorme e hoje quando o Governo Federal está vivamente empenhado numa campanha de economia de combustível em todo o território Nacional, não é possível que um servidor público valha-se é possível se sirva deste alto cargo para contrariar até normas expedidas pelo Conselho Nacional do Petróleo, através do seu Ministério competente, no sentido de que a população brasileira passe a envidar os esforços no sentido de economizar combustível, para que o País possa, com esta economia e a boa vontade do povo, sair desta crise energética com que se bate o mundo inteiro, depois dos recentes acontecimentos no Oriente Médio. Então, é o caso de se voltar aquele velho adágio "façam o que eu digo, não façam o que eu faço". Quer dizer, o Governo recomendando à população que economize combustível, mas o Diretor do Distrito Rodoviário do D.N.E.R. em Curitiba, ao se manter irredutível na forma que operam aqueles semáforos, tem ocasionado uma perda inestimável de combustível e horas paradas, além da interrupção natural do fluxo de tráfego que tantos prejuízos tem trazido à população de Curitiba. Nossa campanha vai continuar, nosso protesto será enviado às altas autoridades do País que tem responsabilidade pelo setor. Aqui não queremos substituição de ninguém porque, como dissemos, na tarde de ontem, não temos nada contra o ocupante do Distrito Rodoviário do DNER e nem nos compete analisar sua probidade administrativa ou a sua conduta frente àquele órgão mas compete, como representantes do povo, isto sim, é levar ao conhecimento das autoridades os abusos que se empentram em nome do Poder. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 5-74, de autoria do Dep. Iris Caldart, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas — Rodeio da tradição, com sede e foro na cidade de Cascavel. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 26-74, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que declara de Utilidade Pública a Associação dos ex-Combatentes do Brasil", Seção Municipal de Paranaguá. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29-74, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Presbiteriana de Curitiba. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 240-73, de autoria do Dep. Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública o "Educandário São José", com sede e foro na cidade de Paranavai. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 11-74, de autoria do Dep. Igo Losso, que declara de Utilidade Pública o Lar São de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 11-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o LAR SÃO DE CURITIBA, Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões. 04 de março de 1974.

(a) Igo Losso

#### JUSTIFICATIVA:

O Lar São de Curitiba, tem a finalidade de dar assistência ao menor desamparado, acolhendo-o, mantendo-o e educando-o sob a luz do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo.

É portanto, entidade assistencial que merece integralmente o apoio e o reconhecimento dos poderes públicos, pelas suas nobilitantes finalidades.

A entidade foi registrada em 21 de março de 1973, no Cartório do 1.º Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Capital sob o n.º 2.276 — Livro "A-1". Observe-se que os membros da Diretoria nada percebem a título de pagamento ou subsídios, sendo todos os recursos empregados em suas finalidades estatutárias.

Assim, pelas razões expostas, esperamos seja o mesmo aprovado pela Casa, e após convertido em Lei.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 11-74

1 — Visa o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Igo Iwant Losso, declarar de utilidade pública o Lar São de Curitiba, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

2 — A entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos exigidos pela legislação que regimenta a matéria razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Sebastião Rodrigues Junior — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS  
P A R E C E R  
AO PROJETO DE LEI N.º 11-74

1 — Com o presente plano de lei, visa o ilustre Deputado Igo Iwant Losso, declarar de utilidade pública o Lar São de Curitiba, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

2 — Quanto aos aspectos de ordem legal e constitucional esta matéria já mereceu parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

3 — O projeto de lei que nos é dado examinar nesta oportunidade, quanto ao aspecto financeiro, merece acolhida nesta Comissão, razão pela qual somos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões em 30 de abril de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Ass. ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando a suspensão dos trabalhos de Plenário no dia 23, considerado santificado e dia 24, devendo apenas funcionar as Comissões Técnicas da Casa. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Coronel R-1 Caetano Pinto Rocha, ex-Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 214-71. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final de diversos Projetos de Resolução. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei, declarando de Utilidade Pública a S.O.S. de Sertãoópolis. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em apelo em defesa do produtor do soja. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que haja por bem informar a esta Casa, quando será dado início às obras de melhoramentos e reparos no prédio ocupado pela Delegacia de Polícia de Cerro Azul. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário da Saúde Pública, no sentido de que determine as providências através de recursos urgentes, a fim de combater um possível surto de meningite verificado no Município de Santo Antonio da Platina. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que se digne adotar medidas necessárias, visando o retorno à Escola Agrícola de Rio Negro, da máquina colhedeira, sendo a mesma transferida para a Escola similar existente no Município de Clevelândia. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, ficando transferida a Sessão Extraordinária que havia sido marcada para amanhã, para segunda-feira, dia 27, às 14,00 horas.

Marcando ainda, outra Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 27, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.º 11-74 e de Lei n.ºs 202, 205, 206, 207, 208, 215, 223 e 280-73.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei N.º 240-73.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 11-74.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei 241-73, 253-73, 9-74 e 36-74 e dos Projetos de Resolução n.ºs 25-73, 4-74.

Levanta-se a Sessão.